

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 28.483.014/0001-22
EXERCÍCIO DE 2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 – NATUREZA JURÍDICA E CONTEXTO OPERACIONAL

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é o órgão técnico de controle externo do Estado e dos Municípios, que integra do Poder Legislativo Estadual, criado por meio da Lei Estadual nº 1.287 de 24 de setembro de 1957.

Sendo um órgão público que integra a estrutura da Administração Direta do Estado do Espírito Santo, o TCEES não tem personalidade jurídica própria; contudo, é um órgão independente e autônomo, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, tendo suas competências previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c a Constituição do Estado do Espírito Santo/1989.

A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, exercido pelos parlamentares eleitos pelo povo, como representantes da sociedade. Entretanto, o controle é exercido no Estado do Espírito Santo e nos municípios capixabas com o auxílio técnico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

Cobra relevo, a despeito de o TCEES exercer este auxílio técnico à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais e constar junto com o Legislativo Estadual na distribuição e limites orçamentários, não ser um órgão subordinado ao Poder Legislativo, pois possui autonomia e independência para desempenhar suas competências outorgadas diretamente pela Constituição.

A competência, o funcionamento e demais atuações do TCEES estão previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), artigos 71 a 74 c/c o artigo 75, na CE/1989, artigos 71 a 75, na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, aprovada pela Lei Complementar Estadual 621/2012 (LCE 621/2012), e no Regimento Interno desta Corte de Contas (RITCEES), aprovado pela Resolução TC 261/2013.

São atribuições do TCEES fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012, dentre outras:

- Appreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado, com emissão de parecer prévio a ser encaminhado para julgamento no Legislativo;
- Emitir parecer prévio sobre as contas dos prefeitos, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais;
- Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poderes Públicos Estadual e Municipal;
- Appreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como apreciar as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 28.483.014/0001-22
EXERCÍCIO DE 2023

- Realizar, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- Fiscalizar a aplicação de qualquer recurso repassado pelo Estado a Município, mediante convênio, acordo ou ajuste;
- Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei;
- Prestar, quando solicitado, orientação técnica às prefeituras e Câmaras Municipais.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público adotado em 01/01/2014, integrante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, por meio dos registros dos atos e fatos administrativos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Por se tratar de demonstração contábil não consolidada, não houve qualquer exclusão de contas intraorçamentárias.

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações.

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 28.483.014/0001-22
EXERCÍCIO DE 2023

receitas e as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, tendo sofrido um processo de reavaliação de seus itens em 1997, por uma Comissão de Servidores instituída por meio da Portaria N nº 009/97, a qual definiu o valor justo para os bens móveis e imóvel que integravam o patrimônio do TCEES até o exercício de 2016.

A partir de então, os demais bens patrimoniais incorporados ao patrimônio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo passaram a ser registrados pelo valor de aquisição, no termos do art. 106 da Lei 4.320/64.

Em junho de 2010, através do Estudo Técnico promovido pela Equipe de Trabalho instituída pela Portaria N nº 011/2010, foram definidos os parâmetros necessários à operacionalização da depreciação dos bens móveis e imóveis do TCEES, em estrita observância aos ditames da Resolução CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9.

Ativo Intangível

O Ativo Intangível, fundamentalmente representado por softwares que geram benefícios para a entidade, foram identificados e reconhecidos a partir do exercício de 2012, não só os adquiridos, como também os softwares desenvolvidos.

Os critérios e parâmetros para reconhecimento Ativos Intangíveis – Softwares Adquiridos foram revisados em outubro de 2019 por meio de Nota Técnica para registros de Licença de Softwares consignada no processo administrativo TC 1839/2019-3, onde foram definidos critérios para registro e incorporação de softwares ao patrimônio, bem como para registro de locação ou licenciamento temporário de softwares, pautados no Manual SIAFI e Nota Técnica SEFAZ ES nº 002/2018/SUNOP/GECOG.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados foram depreciados, considerando os parâmetros definidos no Estudo Técnico determinado pela Portaria N nº 011/2010, onde constam o tempo de vida útil econômica, a taxa de depreciação, o valor residual e o método de depreciação, individualizado para cada grupo de bens patrimoniais, identificado e catalogado no supracitado trabalho, devidamente formalizado no processo administrativo TC 1561/2010.

De acordo com os critérios e parâmetros definidos em parceria pela Equipe de TI do TCEES e a Equipe Técnica responsável pela coordenação do processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no âmbito do TCEES instituída pela Portaria N nº 20/2012, alguns dos ativos intangíveis são amortizados, conforme análise prévia de vigência contratual e possibilidade de desatualização em relação ao mercado. Os demais intangíveis, que não se enquadram nesse contexto, não submetidos ao processo de amortização.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 28.483.014/0001-22
EXERCÍCIO DE 2023

NOTA 4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados: são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

NOTA 5 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções do MCASP.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 28.483.014/0001-22
EXERCÍCIO DE 2023

O Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções.

NOTA 6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

NOTA 7 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 28.483.014/0001-22
EXERCÍCIO DE 2023

- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

NOTA 8 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e foi elaborada de acordo com a IPC 08.

DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, aplicações e resgates de investimentos temporários.

José Cláudio Del Pupo
Contador
CRC/ES nº 8.029/O